**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 09.346.601/0001-25
NIRE 35.300.351.452**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2021**

1. Data, Hora e Local: Aos 4 de março de 2021, às 12h30, por videoconferência, sendo tida como realizada na sede da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” ou “Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, Centro.

2. Presenças: Srs. Antonio Carlos Quintella - Presidente, Ana Carla Abrão Costa, Claudia Farkouh Prado, Edgar da Silva Ramos, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Florian Bartunek, Guilherme Affonso Ferreira, José de Menezes Berenguer, José Lucas Ferreira de Melo, José Roberto Machado Filho e Mauricio Machado de Minas – Conselheiros.

3. Mesa: Sr. Antonio Carlos Quintella - Presidente; e Sra. Iael Lukower – Secretária.

4. Deliberações tomadas com base nos documentos de suporte que estão arquivados na sede da Companhia, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata em forma sumária:

4.1. Manifestar-se favoravelmente, por unanimidade dos presentes, quanto ao Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária a ser convocada para se realizar em 29 de abril de 2021, observados os pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como o relatório dos Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

4.2. Manifestar-se favoravelmente, por unanimidade dos presentes, à proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a ser apresentada à Assembleia Geral Ordinária de 2021 da Companhia, observados os pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como o relatório dos Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., integralmente à conta de dividendos, correspondente a R\$ 4.152.303.684,20, dos quais R\$ 3.353.789.177,63 já foram pagos aos acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio durante o exercício de 2020, restando um saldo de R\$798.514.506,58 a ser distribuído a título de dividendos, equivalentes ao valor de R\$ 0,392617730 por ação, sendo que:

4.2.1. o valor por ação é estimado e poderá ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao Plano de Concessão de Ações da Companhia ou outros planos baseados em ações;

4.2.2. o pagamento acima referido será realizado em 08 de abril de 2021 e tomará como base de cálculo a posição acionária de 24 de março de 2021; e

4.2.3. as ações da Companhia serão negociadas na condição “com” até o dia 24 de março de 2021, inclusive, e na condição “ex” dividendo a partir do dia 25 de março de 2021.

4.3. Ainda em relação ao exercício de 2020, manifestar-se favoravelmente, por unanimidade dos presentes, à proposta de distribuição de dividendos extraordinários e submissão da referida proposta à Assembleia Geral Ordinária de 2021 da Companhia, observados os pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como o relatório dos Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., no montante total de R\$ 1.189.697.510,45 às contas de lucros acumulados e reserva de lucros, equivalentes ao valor de R\$ 0,584956606 por ação, sendo que:

4.3.1. os valores por ação são estimados e poderão ser modificados em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao Plano de Concessão de Ações da Companhia ou outros planos baseados em ações;

4.3.2. os pagamentos acima referidos serão realizados em 07 de maio de 2021 e tomarão como base de cálculo a posição acionária de 24 de março de 2021; e

4.3.3. as ações da Companhia serão negociadas na condição “com” até o dia 24 de março de 2021, inclusive, e na condição “ex” dividendo a partir do dia 25 de março de 2021.

4.4. Aprovar, por unanimidade dos presentes, o cancelamento de 17.138.490 ações atualmente mantidas em tesouraria, adquiridas em conformidade com os programas de recompra da Companhia previamente aprovados pelo Conselho de Administração. Diante disso, após o referido cancelamento de ações, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 2.042.000.000 ações.

4.5. Considerando-se o vencimento do programa de recompra em 28 de fevereiro de 2021, aprovar, por unanimidade dos presentes, novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, observadas as disposições da Instrução CVM nº 567/2015 (“Programa de Recompra”), cujas condições encontram-se especificadas no Anexo I a esta ata para fins de divulgação das informações indicadas no Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480/2009.

4.6. Manifestar-se favoravelmente, por unanimidade dos presentes, à proposta para submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária a ser convocada para se realizar em 29 de abril de 2021, de desdobramento das ações de emissão da Companhia, de código “B3SA3”, na proporção de 1 ação para 3 ações. Caso aprovado o referido desdobramento de ações pela Assembleia Geral, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 6.126.000.000 de ações.

5. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata para aprovação e assinatura de todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 4 de março de 2021. Aa. Antonio Carlos Quintella, Ana Carla Abrão Costa, Claudia Farkouh Prado, Edgar da Silva Ramos, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Florian Bartunek, Guilherme Affonso Ferreira, José de Menezes Berenguer, José Lucas Ferreira de Melo, José Roberto Machado Filho e Mauricio Machado de Minas.

Esta é cópia fiel da ata que integra o competente livro.

Antonio Carlos Quintella
Presidente

ANEXO I

COMUNICAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES DE PRÓPRIA EMISSÃO

(nos termos do Anexo 30-XXXVI da ICVM 567/2015)

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação;

R: A aquisição de ações de emissão da Companhia tem como principais objetivos:

(i) ser uma forma adicional de distribuir a geração de caixa da Companhia aos acionistas, em adição ao pagamento de proventos na forma de dividendos e juros sobre capital próprio;

(ii) buscar promover a criação de valor para os acionistas através de uma estrutura de capital adequada combinada com o crescimento dos resultados e proventos por ação;

(iii) permitir a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos planos de incentivos de longo prazo.

A aquisição de ações de emissão da Companhia poderá gerar os seguintes efeitos econômicos:

Para os acionistas: (i) maior retorno em dividendos/juros sobre o capital próprio (JCP), uma vez que as ações adquiridas pela Companhia são retiradas de circulação do mercado e o pagamento de proventos é distribuído para uma quantidade menor de ações; e (ii) aumento do percentual de participação do acionista se houver cancelamento das ações.

Para a Companhia: (i) instrumento alternativo para a distribuição da geração de caixa da Companhia e (ii) otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis. Na hipótese da recompra do total de ações deste programa, o valor financeiro utilizado não deverá gerar efeitos contábeis relevantes nos resultados da Companhia.

2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria;

R: Após o cancelamento de ações aprovado nesta data, (i) quantidade de ações em circulação no mercado, de acordo com a definição dada pelo artigo 8º, §3º da Instrução CVM nº 567/15: 2.039.811.398 e (ii) ações em tesouraria: 8.178.179.

3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas;

R: A Companhia poderá recomprar até 27.600.000 (vinte e sete milhões e seiscentas mil) ações ordinárias.

4. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade;

R: A Companhia não estima impactos da negociação sobre a composição acionária ou sobre sua estrutura administrativa;

5. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso;

R: As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações serão canceladas ou utilizadas para a execução do Plano de Concessão de Ações da Companhia ou de outros planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

6. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas;

R: O prazo máximo para a aquisição de ações da Companhia no âmbito do novo Programa de Recompra de Ações será de 360 dias corridos, contados a partir de 5 de março de 2021, tendo como termo final o dia 28 de fevereiro de 2022, cabendo à Administração definir as datas em que a recompra será efetivamente executada;

7. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver;

R: Instituições financeiras que atuarão como intermediárias:

- a) Bradesco S.A. CTVM, com endereço na Avenida Paulista, 1.450 – 7º andar, São Paulo – SP;
- b) BTG Pactual CTVM S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 – 14º andar, São Paulo – SP;
- c) Credit Suisse Brasil S.A. CTVM, com endereço na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 700 - 10º andar, São Paulo – SP;
- d) Goldman Sachs do Brasil CTVM S.A., com endereço na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700 – 16º andar, São Paulo – SP;
- e) Itaú CV S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500 – 7º andar, São Paulo – SP;
- f) JP Morgan CCVM S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – 13º andar, São Paulo – SP;
- g) Merrill Lynch S.A. CTVM, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 – Conjunto 161, São Paulo – SP;

- h) Morgan Stanley CTVM S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 6º andar, São Paulo – SP;
- i) UBS Brasil CCTVM S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – 7º andar, São Paulo - SP; e
- j) XP Investimentos CCTVM S.A., com endereço na Avenida Afrânio de melo Franco, 290, sala 708, Rio de Janeiro – RJ.

8. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015;

R: De acordo com as informações financeiras mais recentes da Companhia, as quais são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía reservas de capital, no montante de R\$ 9,10 bilhões.

9. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.” (NR)

R: Os membros do Conselho de Administração entendem que a situação financeira atual da Companhia é compatível com a possível execução do Programa de Recompra de Ações nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas com credores nem ao pagamento de dividendos obrigatórios mínimos. Essa conclusão resulta da avaliação do potencial montante financeiro a ser empregado no Programa de Recompra de Ações quando comparado com (i) o nível de obrigações assumidas com credores; (ii) o montante, não restrito, disponível em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia; e (iii) a expectativa de geração de caixa pela Companhia ao longo do exercício social de 2021.